

Além das estatísticas

ESTADO DE SÃO PAULO* 8 MAR 1997

A divulgação das mais variadas estatísticas sobre o ritmo das atividades econômicas — tais como a evolução do PIB, do déficit comercial, dos níveis de juros, dos índices de inadimplência e das vendas de veículos — não basta para que se possa prever, com segurança, qual será a atitude das autoridades brasileiras ante esse quadro, marcado por evidentes discrepâncias.

Se tomarmos, por exemplo, o comportamento do Produto Interno Bruto em 1996, que evoluiu, segundo o IBGE, 2,91%, pode-se dizer que a economia brasileira está desaquecida. Se tomarmos, porém, os índices dos últimos meses, em especial o início deste ano, chega-se a uma avaliação bem diferente, pois o ritmo da atividade é substancialmente mais acelerado. O Indicador de Movimentação Econômica (Imec-Fipe), por exemplo, mostra um crescimento substancial da atividade no primeiro bimestre, que atingiu 8,94%, comparativamente ao mesmo período de 1996. Da mesma forma, as vendas da indústria automobilística mantêm-se fortes, passando de 119,3 mil veículos, em janeiro, para 126,4 mil, em fevereiro, admitindo-se que poderá se registrar recorde em abril.

Para que se possa prever, com alguma segurança, a reação das autoridades, será preciso, portanto, dispor de outros números, entre os quais os resultados da balança comercial de fevereiro, que deverão ser divulgados na semana que vem. Admite-se que eles possam registrar um déficit histórico recorde, próximo, eventualmente, dos US\$ 2 bilhões, mas isto não é tudo.

As autoridades têm rejeitado as mudanças e evitado o alarmismo. Sexta-feira, em Buenos Aires, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, fez duas declarações importantes. Primeiro, reiterou que o governo espera um aumento do PIB, este ano, entre 4% e 4,5%, pois os números do ano passado contiveram uma anormalidade estatística, ao serem comparados com um período em que o crescimento econômico havia sido mui-

to mais rápido. Segundo, Malan admitiu que o déficit na conta corrente do balanço de pagamentos (que inclui o comércio, os serviços e as transferências unilaterais) poderá situar-se, este ano, entre 3% e 4% do PIB, percentual não mencionado, anteriormente, em público.

Avaliar se a economia brasileira cresce em ritmo superior ao conveniente é o grande tema em discussão, por suas enormes implicações sobre as em-

presas e os indivíduos. O problema, aliás, não é o crescimento exagerado, mas, sim, os seus efeitos colaterais, pois, com ele, cresce o ritmo de importações, agravando o déficit comercial. Como o governo não pretende mudar a política de câmbio, como demonstrou ao rever os limites inferior e superior da banda cambial, em fevereiro, ou crescem as exportações, permitindo uma redução do déficit comercial, ou será preciso breçar as importações, ainda que para isso possa ser preciso conter a atividade econômica.

As estatísticas, lamentavelmente, pouco contribuem para uma conclusão. Alguns indicadores tornam-se obsoletos, como o cálculo do PIB, pois ele toma como base o censo de 1985, quando as importações eram quase quatro vezes menores e a inflação era substancialmente maior. É provável, portanto, que os cálculos atuais do PIB estejam subestimados, e, por isso, não seria tão grande a diferença entre o ritmo do ano passado, principalmente do segundo semestre, e o ritmo atual.

As autoridades têm dito e repetido que não mudarão a política atual, contando, certamente, com um aumento das exportações, no segundo trimestre, para reduzir o déficit comercial. Quanto à mudança cambial, que, no passado, era o caminho empregado em alguns governos militares para estimular as exportações, ela foi novamente descartada por Malan, neste fim de semana. "Está enganado quem pensa que o problema do déficit em conta corrente possa ser resolvido com retorno do protecionismo ou da maxidesvalorização", declarou o ministro.

As autoridades pretendem manter a política econômica, apesar do déficit comercial